



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 08 DE MAIO DE 2013

Cópia extraída de fls. 27/28 do processo  
(PROJETO DE LEI Nº 443/10)  
(VEREADOR CLAUDINHO DE SOUZA - PSDB)

Dispõe sobre medida de incentivo à  
doação voluntária de sangue, e dá  
outras providências.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 08 de maio de 2013,  
decretou a seguinte lei:

Art. 1º Ficam os doadores de sangue isentos do pagamento de  
taxa de inscrição em até dois concursos públicos por ano, promovidos pelo  
Município de São Paulo, tanto pela administração direta, de qualquer de seus  
poderes, como pela indireta, autárquica ou fundacional.

Art. 2º O candidato deverá ter doado sangue ao menos duas  
vezes no período de um ano antes da inscrição no respectivo concurso.

Art. 3º A isenção do pagamento da taxa constará expressamente  
no edital do concurso, cuja omissão não resulta em perda desse benefício.

Art. 4º A concessão da isenção de que trata esta lei ficará  
condicionada à apresentação pelo candidato, no ato da inscrição, do competente  
comprovante de doação de sangue, devidamente datado.

Parágrafo único. Se a inscrição no concurso puder ser feita por  
meio da "Internet", o respectivo edital disporá sobre como o candidato que assim  
proceder a sua inscrição fará a apresentação ou encaminhamento dos  
documentos de que trata este artigo.

Art. 5º Será eliminado do concurso público o candidato que, não  
atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos no art. 1º, tenha  
obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má-fé, a  
isenção de que trata esta lei.

Parágrafo único. A eliminação de que trata este artigo:

I - deverá ser precedida de procedimento em que se garanta ao  
candidato ampla defesa e contraditório;



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

II - importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 6º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 09 de maio de 2013.

JOSÉ AMÉRICO  
Presidente

JCSS/rnb